AS MATRIZES CURRICULARES DAS LICENCIATURAS DA UESB FRENTE A AVANÇOS ULTRACONSERVADORES NAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Oliver Taylor Braga Alves
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9971-4670
Endereço eletrônico: olivertbraga@gmail.com

Rebeca Freire Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7929-3749
Endereço eletrônico: rebecsoliveira21@gmail.com

Emili Almeida da Conceição
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9848-7387
Endereço eletrônico: emili.conceicao@uesb.edu.br

Palavras-chave: matrizes curriculares; formação docente; avanços ultraconservadores; ensino de gênero; UESB.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário educacional brasileiro enfrenta intensas pressões de movimentos conservadores para restringir discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade nas escolas e universidades. Nesse contexto, termos como “ideologia de gênero” são mobilizados como estratégia política para unir grupos religiosos e tradicionais contra essas pautas, propagando discursos autoritários e de ódio que colocam em risco os valores democráticos e os direitos de minorias (Biroli, 2019). Diante disso, a universidade assume um papel além da formação acadêmica, configurando-se como espaço de resistência para contra essas políticas de fomento à desigualdade. Frente a estas tensões, nossa pesquisa busca compreender: Como as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade

Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) se posicionam frente a avanços ultraconservadores nas questões de gênero e sexualidade?

Para analisar essas tensões no currículo universitário, esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva pós-estruturalista de Louro (1997). A autora destaca que o gênero não é um determinante biológico, e sim uma construção social e histórica produzida sobre o corpo. Nessa perspectiva, as instituições de ensino não são neutras, pois funcionam como instâncias generificadas, moldadas pelas relações de gênero, classe, raça, etnia e sexualidade articuladas. Assim, para a autora, o objetivo central é desconstruir a binaridade (masculino e feminino), revelando as formas de poder que constituem as identidades e rejeitando a concepção de papéis naturais, ricos e imutáveis. Compreendendo o currículo como meio de disputas de poder, é nas matrizes curriculares que se materializam as escolhas pedagógicas e institucionais, tornando possível analisar os movimentos que restringem as pautas de diversidade. Atualmente, a ofensiva antigênero tenta silenciar debates em espaços educacionais, tratando esses temas como conteúdos que não deveriam ser ensinados (Myrrha; Sales, 2023). Em resposta, as autoras defendem um currículo "arco-íris" como resistência contra preconceitos, assegurando respeito para identidades livres. Nesse sentido, sendo a educação fundamental para a igualdade, torna-se urgente formar profissionais preparados para acolher a diversidade e lutar contra o sexismo (Galinkin; Bertoni, 2014).

Esta pesquisa investiga a estrutura curricular da UESB diante da contradição entre a necessidade de uma formação docente crítica (Louro, 1997) e o apagamento gerado pela "ofensiva antigênero". O problema delimita-se na premissa de que a omissão de disciplinas obrigatórias sobre gênero, sexualidade e diversidade atua como um silenciamento institucional que fragiliza a formação docente (Biroli, 2019). Assim, temos como objetivo geral compreender o papel das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura da UESB em relação aos avanços ultraconservadores nas questões de gênero e sexualidade. Para tanto, os objetivos específicos consistem em: (i) apresentar o panorama dos avanços ultraconservadores no Brasil; (ii) discutir a importância de uma formação docente inclusiva em relação a avanços ultraconservadores das questões de gênero e sexualidade; e (iii) identificar a presença ou ausência de disciplinas obrigatórias sobre gênero e/ou sexualidade nas licenciaturas da UESB.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso institucional alicerçado no conhecimento de Almeida (2016) sobre a metodologia que, neste estudo, usa a pesquisa bibliográfica e documental como principais procedimentos metodológicos para atingir os objetivos propostos. A pesquisa documental se deu no *site* da UESB <https://catalogo.uesb.br/cursos>, seguindo a relação de cursos de licenciatura presente nele, acessando a matriz curricular de cada um e usando a ferramenta de localizar do navegador *Chrome* na aba com os descritores "gênero", "sexualidade" e "diversidade", verificando, primeiro, se estavam presentes na parte de matérias obrigatórias ou optativas e, depois, verificando, através do endereço eletrônico <https://catalogo.uesb.br/ementario>, se a ementa da disciplina de fato trabalha questões de gênero e sexualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

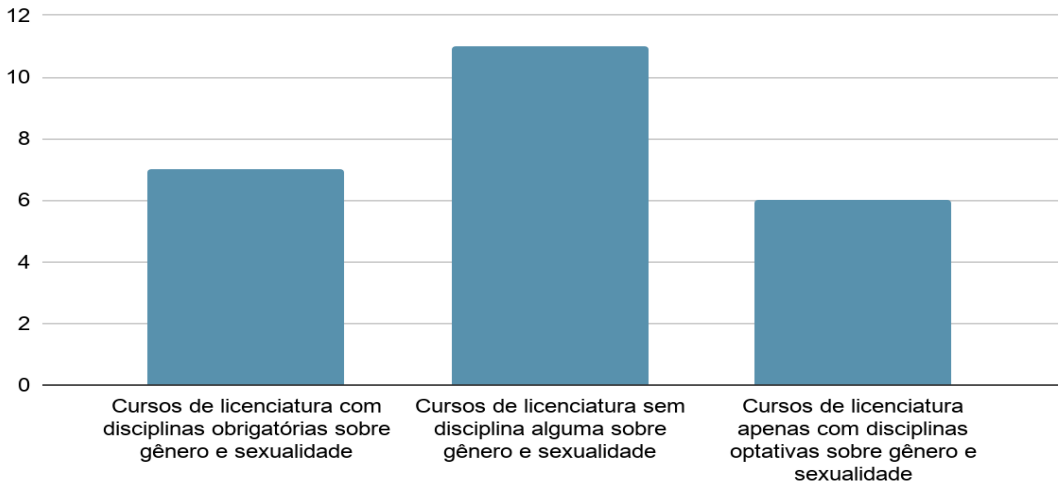
Guacira Lopes Louro (1997, p. 85) diz que "Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos" e traz Tomaz Tadeu da Silva (1996) para afirmar que o poder está no currículo, já que é ele quem dita o que é conhecimento e o que não é, o que, por consequência, estabelece desigualdades entre indivíduos e grupos sociais (Silva, 1996 apud. Louro, 1997, p. 85). Assim, nossas discussões se alicerçam em uma leitura da matriz curricular como um documento com um poder de dividir, hierarquizar, subordinar, legitimar ou desqualificar sujeitos.

Após uma pesquisa documental das matrizes curriculares das licenciaturas da UESB, podemos observar que, dentre os 24 cursos de licenciatura da instituição, cerca de 70,8% não possuem matérias obrigatórias sobre gênero e sexualidade, sendo 25% possuindo matérias optativas sobre a temática e 45,8% não ter nenhuma em sua matriz curricular, como mostrado na Figura 1. Sobre a importância de, para além de escutar o que é dito, perceber o não dito, aquilo que é silenciado, não pode existir ou não pode ser nomeado dentro do âmbito escolar, Louro (1997) diz:

> Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as

> conheçam e possam desejálos/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma". A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos "bons" e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (Louro, 1997, 67-68).

Figura 1 - Relação de quantidade de cursos de licenciatura da UESB com disciplinas sobre gênero e sexualidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Estes dados refletem um cenário que julgamos ser muito perigoso, pois, além de demonstrar que Gênero e Sexualidade não são conhecimentos, estamos falando de cursos de formação docente, isto é, cursos que formam pessoas que serão responsáveis pela formação de estudantes no ensino básico. Assim, compreendemos a ausência de disciplinas obrigatórias que trabalham questões de gênero e sexualidade, de forma explícita, em mais de 70% dos cursos de formação docente como uma ação voltada à desqualificação dos sujeitos, sejam eles os estudantes dos cursos sem essas disciplinas ou seus futuros alunos, promovendo ainda mais desigualdades entre indivíduos e grupos sociais e contribuindo para a manutenção dos avanços ultraconservadores no que tange às questões de gênero e sexualidade.

CONCLUSÕES

A partir dos objetivos propostos, este estudo de caso, apoiado por uma pesquisa bibliográfica e documental, permitiu mapear as licenciaturas da UESB frente ao avanço

ultraconservador. Os resultados obtidos evidenciaram que 70,8% dos cursos omitem a obrigatoriedade de discussões sobre gênero e sexualidade, comprovando o silenciamento institucional que fragiliza a formação docente crítica. Em resposta ao problema investigado, conclui-se, de forma geral, que o currículo da instituição ainda se mantém de forma escassa perante as ofensivas antigênero. Porém, ainda há outros pormenores na pesquisa (como os cursos que estão presentes nas classificações que apresentamos, suas áreas maiores, seus campus, o ano de suas matrizes curriculares, entre outros) que precisam ser analisados e estudados a fim de uma melhor compreensão. Portanto, para que a universidade cumpra seu papel de resistência democrática, torna-se fundamental superar essa lacuna, transformando as matrizes curriculares em espaços ativos de inclusão, acolhimento e defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Estudo de Caso**: foco temático e diversidade metodológica. *In*: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016, p. 60-72.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. esp., p. 77-87, dez. 2019.

GALINKIN, Ana Lúcia; BERTONI, Luci Mara. **Gênero e educação:** um caminho para a igualdade. *In*: BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. (Org.). Dossiê: Gênero e educação. **Em aberto**, n. 92, v. 27, jul/dez, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MYRRHA, Paula; SALES, Shirlei. Professora Colorida no Currículo Arco-Íris: Resistência à Ofensiva Antigênero. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, e54859, 2023.